

A constituição do sujeito na infância: a função do Outro na psicanálise freudiana e lacaniana

The constitution of the subject in childhood: the function of the Other in Freudian and Lacanian psychoanalysis

Silvia Harumi Yamamoto

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 20 JUN 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina a constituição do sujeito na infância sob a perspectiva psicanalítica, tomando a função do Outro como operador simbólico do processo. O percurso reconstitui a formulação freudiana da sexualidade infantil e do complexo de Édipo, acompanha a releitura lacaniana que situa a emergência do eu no estágio do espelho e a do sujeito na ordem do significante, e examina a tese, hoje consensual na literatura do campo, de que as funções materna e paterna designam posições simbólicas e não atributos biológicos ou arranjos familiares determinados. Sustenta-se que a subjetividade da criança não é dado natural, mas efeito de relações simbólicas e imaginárias mediadas pela linguagem e pelo desejo do Outro. Dedica-se atenção particular à demarcação entre tradições teóricas que o debate sobre infância tende a sobrepor: estágio do espelho, objeto transicional, posição depressiva, estágio sensorio-motor e mediação semiótica nomeiam operações distintas, formuladas em epistemologias incompatíveis entre si, e o ganho de inteligibilidade obtido por sua justaposição é aparente. Conclui-se que o cuidado com a infância supõe a oferta de um lugar simbólico à criança e uma escuta orientada pela singularidade, e que a psicanálise contribui para esse campo como modo de leitura, não como técnica de intervenção desenvolvimental.

Palavras-chave: constituição do sujeito; infância; Outro simbólico; estágio do espelho; complexo de Édipo.

ABSTRACT

This article examines the constitution of the subject in childhood from a psychoanalytic perspective, taking the function of the Other as the symbolic operator of this process. The argument reconstitutes the Freudian formulation of infantile sexuality and the Oedipus complex, follows the Lacanian rereading that situates the emergence of the ego in the mirror stage and that of the subject in the order of the signifier, and examines the thesis, now consensual in the field, that maternal and paternal functions designate symbolic positions rather than biological attributes or specific family arrangements. It is argued that the child's subjectivity is not a natural given but an effect of symbolic and imaginary relations mediated by language and by the desire of the Other. Particular attention is paid to demarcating theoretical traditions that debates on childhood tend to conflate: mirror stage, transitional object, depressive position, sensorimotor stage and semiotic mediation name distinct operations, formulated within mutually incompatible epistemologies, and the intelligibility gained by juxtaposing them is only apparent. It is concluded that care for childhood presupposes offering the child a symbolic place and a listening oriented by singularity, and that psychoanalysis contributes to this field as a mode of reading, not as a developmental intervention technique.

Keywords: constitution of the subject; childhood; symbolic Other; mirror stage; Oedipus complex.

1 Introdução

A constituição psíquica não se inicia com o nascimento nem se conclui com a aquisição de competências verificáveis. Ela se processa num intervalo cuja abertura antecede o sujeito — a criança é falada, nomeada e desejada antes

de poder responder por si — e cujo fechamento nunca é integral. Essa assimetria temporal é o que distingue a abordagem psicanalítica da infância das abordagens que a descrevem como sequência de aquisições: o que está em questão não é o que a criança adquire, mas aquilo a que ela é convocada a responder.

Na psicanálise, o termo Outro não designa simplesmente a pessoa que cuida. Designa o lugar da linguagem e da lei, anterior e exterior ao sujeito, do qual os cuidadores reais são portadores sem jamais coincidir com ele. A distinção é operatória e não terminológica: confundir o Outro com a mãe empírica conduz diretamente às leituras culpabilizantes que a clínica da infância deveria ter abandonado há décadas.

O problema que organiza este artigo pode ser enunciado assim: de que modo a relação com o Outro, nos primeiros anos de vida, incide sobre a constituição psíquica do sujeito, segundo as elaborações de Freud e de Lacan? A hipótese é que essa constituição depende menos da qualidade afetiva dos cuidados do que do modo como a criança é inscrita na linguagem e afetada pelo desejo que a antecede — o que não diminui a importância do cuidado, mas desloca o critério pelo qual ele é avaliado.

Três objetivos específicos orientam o percurso: reconstituir o complexo de Édipo em Freud como estrutura fundante da subjetividade; examinar o estádio do espelho em Lacan como momento inaugural da identificação imaginária; e situar a função do Outro como mediador do desejo e da linguagem na infância.

A esses se acrescenta um quarto, de natureza distinta. A constituição do sujeito na infância é terreno em que tradições teóricas incompatíveis circulam lado a lado, como se descrevessem o mesmo fenômeno sob nomes diversos. O estádio do espelho de Lacan, o objeto transicional de Winnicott, a posição depressiva de Klein, o estágio sensório-motor de Piaget e a mediação semiótica de Vigotski não são versões alternativas de uma mesma descoberta: pertencem a epistemologias que divergem quanto ao que seja um sujeito, quanto ao estatuto do desenvolvimento e quanto à própria existência do inconsciente. Desfazer essa superposição não é purismo doutrinário — a imprecisão conceitual produz, na prática com crianças, orientações que se anulam mutuamente.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual e abordagem qualitativa. Não houve coleta

de dados empíricos, observação de crianças, entrevista, aplicação de instrumentos, atendimento clínico ou acesso a prontuários. O artigo não reporta pesquisa com seres humanos, não apresenta material clínico e não produz, portanto, achados de campo: as proposições que formula têm o estatuto de leituras conceituais.

O corpus primário reúne os textos em que os conceitos examinados recebem formulação sistemática. Em Freud: *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), *Sobre o narcisismo* (1914), *O inconsciente* (1915), *Além do princípio de prazer* (1920), *O ego e o id* (1923) e *A dissolução do complexo de Édipo* (1924), acrescidos dos *Estudos sobre a histeria* (1893-1895) no que concerne à relação entre afeto não simbolizado e formação do sintoma. Em Lacan: o escrito sobre o estádio do espelho (1949), o *Seminário, livro 5* (1957-1958), no qual se elabora a metáfora paterna e os tempos do Édipo, e o *Seminário, livro 11* (1964), quanto às operações de alienação e separação.

O corpus secundário compreende obras de referência do campo psicanalítico da infância e, para fins de demarcação, obras representativas das tradições com as quais a psicanálise é frequentemente confundida — a epistemologia genética e a psicologia histórico-cultural. O critério de inclusão foi duplo: tratamento conceitual explícito da constituição psíquica infantil e disponibilidade em edição de referência em língua portuguesa. Excluíram-se materiais de divulgação e trabalhos cuja menção aos conceitos fosse meramente ilustrativa.

O procedimento consistiu em três movimentos para cada conceito: reconstituição da formulação de origem nos termos do autor que a propôs; identificação da epistemologia que a sustenta e dos pressupostos que ela não partilha com formulações vizinhas; e exame das consequências dessa delimitação para a leitura dos processos de subjetivação na infância.

3 O sujeito da psicanálise e o lugar do Outro

3.1 A divisão subjetiva em Freud

A tradição filosófica moderna legou uma concepção do sujeito como unidade autônoma, transparente a si e fundada na certeza do próprio pensamento. A psicanálise rompe com essa concepção não por preferência doutrinária, mas por constrangimento clínico: o que Freud encontrou nas histéricas foi uma vida psíquica cindida, na qual representações eficazes operavam fora do alcance da consciência.

Nos *Estudos sobre a histeria*, essa cisão é descrita em termos ainda próximos da psicopatologia de seu tempo, mas o deslocamento decisivo já está presente: o sintoma não é déficit nem degeneração, é mensagem cifrada cuja origem está numa excitação que não encontrou via de descarga nem de simbolização. A consequência técnica — que a verbalização da cena recalcada altera o estatuto do sintoma — supõe uma tese sobre a constituição psíquica: aquilo que não pode ser dito não desaparece, insiste.

Em 1915, a tese ganha estatuto metapsicológico. O inconsciente não é reservatório do que foi esquecido nem camada profunda da mesma consciência; é outra ordem de funcionamento, regida por leis próprias — ausência de contradição, atemporalidade, mobilidade dos investimentos. O sujeito que dessa elaboração resulta é constitutivamente dividido, e essa não soberania não é patologia: é estrutura.

Em 1923, a segunda tópica reorganiza o conjunto. O eu não é instância originária, mas formação que se destaca do isso por contato com a realidade. Importa o que isso implica para a infância: o eu não está dado ao nascer, forma-se — e o modo dessa formação é o objeto de que este artigo trata.

3.2 O sujeito como efeito do significante em Lacan

Lacan radicaliza a descoberta freudiana ao formular que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. A fórmula não propõe que o inconsciente seja feito de palavras, e sim que opera segundo leis homólogas às da cadeia significante: deslocamento e condensação, que Freud descrevera como mecanismos do trabalho do sonho, correspondem às operações de metonímia e metáfora.

Daí decorre a tese sobre o sujeito: ele não preexiste à sua inscrição na linguagem, mas emerge como efeito do significante — e, mais precisamente, como aquilo que um significante representa para outro significante. O sujeito não é, portanto, o indivíduo biológico nem a pessoa jurídica; é uma posição que se produz num intervalo.

O Outro, nessa elaboração, nomeia o tesouro dos significantes, o campo da linguagem e da lei no qual a criança é inscrita antes de poder dispor dele. Essa inscrição é anterior ao nascimento: a criança é objeto de expectativas, de nomeação, de uma história familiar que lhe atribui um lugar na economia do desejo de outros. Antes de ser sujeito de desejo, ela é objeto do desejo do Outro — e é dessa posição que algo pode se estruturar.

Convém marcar o que a formulação não autoriza. Dizer que o sujeito é efeito do significante não equivale a dizer que ele é produto do ambiente, nem que seja determinado pelas condições sociais em que nasce. A estrutura simbólica não é o contexto social, e a confusão entre as duas coisas — frequente na literatura de interface — dissolve a especificidade do conceito.

4 O complexo de Édipo e a inscrição da falta

4.1 A formulação freudiana

O complexo de Édipo designa, em Freud, a configuração de desejos amorosos e hostis que a criança dirige aos pais entre, aproximadamente, o terceiro e o quinto ano de vida, e cujo destino decide a organização ulterior da vida psíquica. Sua centralidade na teoria não decorre do conteúdo dramático, mas da função que exerce: é por sua via que se estabelecem o supereu, as condições da escolha de objeto e a inserção na ordem da lei.

Em *A dissolução do complexo de Édipo*, Freud precisa o mecanismo do desfecho. O complexo não é superado por maturação nem por esquecimento; ele sucumbe sob o efeito da ameaça de castração, e seus investimentos objetivos são substituídos por identificações, das quais se precipita a instância superegoica. A renúncia é a condição da herança: o que se perde como objeto retorna como lei interiorizada.

É preciso registrar que a elaboração freudiana carrega as marcas de seu tempo, e que o próprio Freud reconheceu a assimetria de seu tratamento do desenvolvimento feminino. O ponto não invalida a estrutura conceitual, mas impede que ela seja lida como descrição natural de uma sequência universal de posições.

4.2 A releitura lacaniana: metáfora paterna e posição simbólica

Lacan reformula o Édipo em termos de uma operação significante. O que se joga não é uma rivalidade entre pessoas, mas a substituição de um significante por outro: o Nome-do-Pai vem ocupar o lugar do desejo da mãe, operação que Lacan denomina metáfora paterna e cujo produto é a significação fálica. Os três tempos do Édipo descritos no *Seminário, livro 5* articulam esse processo: a criança como objeto que completaria a mãe; a intervenção que barra tanto o acesso da criança à mãe quanto o da mãe à criança; e, por fim, a inscrição da lei como instância à qual também o agente da interdição está submetido.

Dessa reformulação decorre a consequência que a literatura contemporânea tem desenvolvido com maior insistência: função materna e função paterna são posições simbólicas, não papéis biológicos nem atribuições de gênero. Quem exerce a função de interdição não precisa ser o genitor masculino; quem exerce a função de oferecer à criança um lugar no próprio desejo não precisa ser a genitora. O que a estrutura exige é que as duas funções operem — a de inscrever a criança no desejo de alguém e a de impedir que ela aí permaneça como objeto — e não que determinadas pessoas as ocupem.

A tese tem alcance clínico direto. Ela retira das configurações familiares não convencionais a presunção de risco estrutural que uma leitura normativa lhes atribuiria, e desloca a pergunta pertinente: não quem ocupa o lugar, mas se o lugar está ocupado. Simetricamente, impede a conclusão inversa, igualmente apressada, de que a configuração familiar seja indiferente — ela não determina a estrutura, mas tampouco é irrelevante às condições em que a estrutura se estabelece.

5 O estágio do espelho e as fronteiras entre tradições

5.1 Identificação imaginária e alienação

O estágio do espelho descreve o momento em que a criança, entre os seis e os dezoito meses, antecipa numa imagem a unidade corporal que sua motricidade ainda não realiza. O infante cuja coordenação é precária e cuja experiência do corpo é fragmentária reconhece, no espelho, uma forma total — e jubila.

Três elementos da formulação resistem à simplificação. O primeiro é a antecipação: a imagem adianta uma complexidade que não corresponde ao estado real do corpo, e é precisamente desse descompasso que o eu extrai sua consistência. O segundo é a alienação: o eu assim constituído é uma ficção, uma identificação com algo que está fora, e o sujeito permanece, por estrutura, estranho à instância que diz eu. O terceiro é a mediação do Outro: a criança volta-se para aquele que a sustenta, e é a ratificação vinda desse lugar que converte uma imagem em sua imagem. O eu é, nesse sentido rigoroso, emprestado.

Daí se segue que a chamada prematuridade do nascimento humano não é um dado meramente biológico, mas a condição de possibilidade da estruturação simbólica: é porque o organismo não basta a si que a criança se constitui por identificação com o que lhe vem do campo do Outro.

5.2 O que o estágio do espelho não é

A literatura sobre infância tende a tratar o estágio do espelho como uma etapa do desenvolvimento entre outras, equiparável à aquisição da permanência do objeto, à conquista da posição depressiva ou ao surgimento do objeto transicional. A equiparação é insustentável, e desfazê-la é condição para que cada conceito conserve seu poder descritivo.

O estágio sensório-motor de Piaget pertence a uma epistemologia genética que investiga a construção das estruturas de conhecimento. Seu sujeito é epistêmico, não desejante; a permanência do objeto é uma conquista cognitiva verificável experimentalmente, e nada no sistema piagetiano supõe inconsciente ou divisão subjetiva. Quando se afirma que a criança "reconhece-se" no espelho, desliza-se do registro lacaniano da identificação alienante para o registro piagetiano do reconhecimento cognitivo — e perde-se exatamente o que Lacan quis dizer, que é o caráter de desconhecimento inerente a esse reconhecimento.

A posição depressiva de Klein nomeia a passagem de uma relação com objetos parciais, cindidos entre bom e mau, para o reconhecimento do objeto total e a consequente ambivalência, com a culpa e os movimentos de reparação que a acompanham. É um conceito do campo psicanalítico, mas de uma psicanálise que privilegia a fantasia inconsciente precoce e a relação de objeto, não a ordem significativa. Posição, em Klein, não é etapa cronológica: é configuração à qual o sujeito retorna. A diferença com o estágio do espelho é de objeto teórico — Klein descreve o destino dos objetos internos, Lacan a gênese de uma instância imaginária.

O objeto transicional de Winnicott designa uma área intermediária de experiência, nem interna nem externa, cuja condição é que não se pergunte à criança se ela criou ou encontrou o objeto. Essa ilusão tolerada é o que permite o trânsito para o uso da cultura. Winnicott pensa a partir do ambiente e da relação de cuidado; o objeto transicional não é imagem especular nem objeto interno kleiniano, e a função de sustentação que ele supõe não é a função simbólica do Outro lacaniano.

A mediação semiótica de Vigotski, por fim, pertence a uma psicologia histórico-cultural que investiga como o signo, instrumento de origem social, reorganiza as funções psíquicas superiores. Há aqui um ponto de contato real com a psicanálise — ambos recusam que o psiquismo se explique por maturação endógena —, mas o signo vi-

gotskiano é ferramenta de controle da própria conduta, e o significativo lacaniano é aquilo que determina o sujeito

sem que ele o controle. A convergência é superficial; a divergência, estrutural.

CONCEITO	TRADIÇÃO	O QUE NOMEIA	COM O QUE NÃO SE CONFUNDE
Estádio do espelho	Lacan	Identificação alienante com a imagem total antecipada do corpo	Reconhecimento cognitivo de si mesmo
Posição depressiva	Klein	Integração do objeto total, ambivalência e reparação	Etapa cronológica superável
Objeto transicional	Winnicott	Área intermediária entre eu e não-eu, sob ilusão sustentada	Objeto interno kleiniano
Estágio sensório-motor	Piaget	Construção da permanência do objeto por coordenação de esquemas	Constituição do sujeito do inconsciente
Mediação semiótica	Vigotski	Signo social que reorganiza as funções psíquicas superiores	Significante que determina o sujeito

Tabela 1 — Demarcação entre conceitos da constituição psíquica infantil formulados em tradições distintas. A quarta coluna registra a confusão mais frequente, não uma objeção ao conceito vizinho.

6 Consequências para a leitura dos processos de subjetivação

Da reconstituição precedente decorrem consequências que convém enunciar com a cautela que o campo exige.

A primeira concerne ao estatuto do que falha. Se a constituição subjetiva depende da inscrição simbólica operada pelo Outro, segue-se que essa inscrição pode não se realizar ou realizar-se precariamente. A literatura psicanalítica designa por expressões como abandono simbólico as situações em que a criança não encontra um lugar no desejo de ninguém — situações que não coincidem necessariamente com abandono material nem com ausência física de cuidadores, e que por isso escapam aos indicadores habituais de vulnerabilidade.

A segunda exige maior reserva. Certa corrente da psicanálise lacaniana da infância propôs ler o autismo a partir de uma falha nas operações de espelhamento e de alienação significativa. A proposição tem valor heurístico no interior do quadro teórico em que foi formulada, mas seu estatuto deve ser enunciado com precisão: trata-se de hipótese metapsicológica sobre a estruturação psíquica, não de tese etiológica validada, e ela não autoriza qualquer atribuição de responsabilidade causal aos cuidadores. A história da clínica da infância registra os danos produzidos quando hipóteses desse tipo foram tomadas como explicações causais, e a cautela aqui não é formalidade: é parte do conteúdo.

A terceira concerne ao uso prático dessas elaborações. A psicanálise não oferece a quem trabalha com crianças um

método de intervenção desenvolvimental, e as tentativas de dele extrair protocolos reproduzem o impasse que Freud identificou ao situar educar entre as profissões impossíveis. O que ela oferece é um modo de leitura: a possibilidade de situar o que ocorre com uma criança fora da grade das aquisições esperadas, considerando que o sintoma pode ser a forma de um dizer e que o silêncio pode ser posição, não déficit. Essa leitura não dispensa o encaminhamento aos dispositivos de saúde e de proteção quando indicados, nem substitui a avaliação de quem tem habilitação para fazê-la.

A quarta diz respeito à escuta. Oferecer à criança um lugar simbólico não significa interpretar-lhe o inconsciente fora do enquadre clínico, nem converter a conversa cotidiana em dispositivo terapêutico. Significa dirigir-se a ela como a alguém que tem algo a dizer e de quem se espera resposta — operação modesta na forma e decisiva nos efeitos.

Considerações finais

O percurso autoriza três conclusões de alcance distinto.

A primeira é que a subjetividade infantil não é dado natural que se desdobre segundo um programa. Ela é efeito de um processo de identificação, alienação e simbolização cuja condição é a presença de um Outro — não como pessoa que cuida, mas como lugar a partir do qual a criança é nomeada, desejada e interdita. A hipótese inicial se confirma, com uma precisão acrescentada: o que constitui não é a qualidade afetiva do vínculo, é a operação simbólica que nele se realiza ou falha.

A segunda é que a estrutura edípica, lida como articulação de funções e não de pessoas, resiste às transformações das configurações familiares sem necessidade de ser relativizada. Essa leitura não é concessão ao presente; é consequência interna da formulação lacaniana da metáfora paterna, que desde sua origem designa posições significantes. O que as transformações sociais tornaram visível é algo que a teoria já sustentava e que leituras normativas haviam obscurecido.

A terceira é que o rigor conceitual não é exigência acadêmica acessória neste campo. Ao justapor conceitos oriundos de epistemologias incompatíveis, obtém-se um discurso que parece mais abrangente e é, na verdade, menos utilizável: cada conceito perde a precisão que lhe dava poder de leitura. Manter as tradições distintas não impede o diálogo entre elas — é o que o torna possível.

Permanece aberta uma agenda. As proposições formuladas aqui — sobre as condições em que a inscrição simbólica se realiza, sobre os indicadores de abandono simbólico e sobre o estatuto das hipóteses metapsicológicas relativas ao autismo — não foram submetidas a verificação sistemática e não poderiam sê-lo nos termos em que estão enunciadas. Investigá-las exigiria desenho metodológico próprio, com enquadre ético explícito e proteção rigorosa dos participantes, exigência tanto mais estrita por se tratar de crianças. Enquanto esse trabalho não se realiza, convém enunciar as proposições pelo que são: leituras conceitualmente sustentadas, não resultados.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- DOLTO, F. *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- FREUD, S.; BREUER, J. Estudos sobre a histeria (1893-1895). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 117-231.
- FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 77-108.
- FREUD, S. O inconsciente (1915). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 165-222.
- FREUD, S. Além do princípio de prazer (1920). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-75.
- FREUD, S. O ego e o id (1923). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-80.
- FREUD, S. A dissolução do complexo de Édipo (1924). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 191-199.
- JERUSALINSKY, A. *Psicanálise e desenvolvimento infantil: um enfoque transdisciplinar*. 4. ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.
- KLEIN, M. *Inveja e gratidão e outros trabalhos* (1946-1963). Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- KUPFER, M. C. *Educação para o futuro: psicanálise e educação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.
- LACAN, J. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente* (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PIAGET, J. *O nascimento da inteligência na criança*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- WINNICOTT, D. W. *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

COMO CITAR

YAMAMOTO, S. H. A constituição do sujeito na infância: a função do Outro na psicanálise freudiana e lacaniana. *Interapia* — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais, v. 3, n. 1, p. 35-41, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.